

A CONJUNTURA E OS DESAFIOS DA CATEGORIA, DA FENAJUFE E DE SEUS SINDICATOS - CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

INTRODUÇÃO

Estamos às vésperas de mais um Congresso da Fenajufe, ao mesmo tempo em que vivemos sob a maior crise da história recente do país, o que nos exige grande esforço de reflexão, debate e organização. É um pressuposto da ação para o próximo período que compreendamos como chegamos até aqui, e que nos situemos para seguir adiante defendendo nossos direitos e construindo uma alternativa dos trabalhadores à crise posta.

A crise econômica mundial, desencadeada a partir de 2007/2008, persiste em seus efeitos estruturais, sem que haja um horizonte de superação, mesmo depois de mais de uma década de políticas de "austeridade" impostas aos povos pelas classes dominantes e seus governos. A economia mundial patina e não há horizonte de crescimento significativo, a começar pelas maiores economias.

Em consequência, persiste e intensifica-se a instabilidade política e a polarização social em todas as partes do mundo. O aumento da exploração sobre os trabalhadores como saída buscada pela burguesia é uma realidade em todo o mundo. A desigualdade, a pobreza e a concentração de renda aumentam drasticamente em decorrência de medidas duras de austeridade adotadas pela classe dominante.

A profunda crise econômica e social leva a disputa política para os extremos. A inexistência de alternativas concretas à esquerda, somadas ao esgotamento das políticas dos partidos e governos ditos progressistas e social-democratas abriram espaço para a ascensão de setores de extrema direita, com plataformas reacionárias, xenófobas e de ódio. Mas não é sem resistência que esses ataques ocorrem, como se vê pela ampliação do debate político e por grandes mobilizações em todo o mundo, inclusive no centro do capitalismo (Estados Unidos e Europa).

BRASIL

No Brasil, a situação não é diferente. Anos depois de atingir o país em cheio, a crise econômica persiste. As medidas de "ajuste" implementadas por todos os governos não surtiram o efeito propalado, e a estagnação persiste após anos de recessão. A receita aplicada, no entanto, é levar ao extremo o receituário de "austeridade", com vistas à retomada do crescimento da economia em outras bases, e ao mesmo tempo garantir o financiamento da dívida pública que não para de se multiplicar.

Esse padrão de reconfiguração do estado e da economia no Brasil está assentado em um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como condição para o acúmulo de capitais privados e a retomada do ciclo econômico, o rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – seja por meio da redução dos salários e direitos arcados diretamente pelos empregadores, e da massa salarial como um todo, seja por meio da supressão e da redução de direitos sociais e da prestação de serviços por meio do estado, além da ampliação do espaço para o financiamento da dívida pública e o rentismo financeiro.

As consequências sociais da crise e da estagnação, e do receituário aplicado pelo andar de cima para acomodá-la, são cada vez mais drásticas. Para além dos números da economia, são dramaticamente sensíveis a explosão do desemprego e das formas precárias de ocupação e subemprego, da miséria, da violência urbana, a precarização e piora dos serviços públicos, entre outros efeitos, que atingem ainda mais duramente os mais pobres – ampla maioria da população.

CRISE DE REGIME

A crise atual, em suas diversas manifestações, expõe as contradições profundas de um regime supostamente democrático em uma economia periférica e uma sociedade extremamente desigual.

A crise econômica e a crise social precipitaram a eclosão de uma também profunda crise política. Um marco fundamental do desencadeamento desse processo foram as chamadas jornadas de junho de 2013. Objeto de muitas discussões e incompreensões, ao aglutinar milhões de pessoas em torno de demandas relativas ao estado, direitos e serviços públicos, aquele fenômeno já expunha e denunciava com contundência a estreiteza dos canais institucionais de representação política e reivindicação.

A falta de permeabilidade do sistema político às demandas sociais e populares exacerbou-se com a crise econômica e mais mobilizações significativas se sucederam ao longo dos últimos anos, com características semelhantes – embora muitas vezes dispersas e com suas próprias singularidades. Nesse cenário, a polarização social decorrente da crise exacerba essa contradição da democracia restrita, que não se realiza.

Assim, a demanda por mais democracia, por baixo, confronta-se com a necessidade do sistema político de restringir ainda mais a já precária e limitada democracia brasileira – como condição para a contenção da resistência à imposição do desmonte dos direitos. Em profundidade, vivenciamos a crise da nova República, assim denominado o pacto político celebrado no andar de cima com a redemocratização e materializado na Constituição de 1988. Sequer aquela democracia de baixa intensidade se sustenta nos marcos atuais de reorganização da economia, do estado e da sociedade.

Aquele pacto, em que pese ter na Constituinte absorvido parte das demandas populares na esteira da luta e resistência contra a ditadura militar, acomodou os interesses da elite e não enfrentou contradições fundamentais da história nacional, como o padrão de desenvolvimento econômico (com a política de "ajuste" permanente desde os anos 1990), a profunda desigualdade social, e o caráter autoritário e pouco democrático do estado brasileiro. Essas contradições foram escamoteadas e vieram à tona nos últimos anos com força.

Nesse contexto, o elemento mais notório da conjuntura atual é a ascensão eleitoral e primeiros meses do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

GÊNESE E ANTECEDENTES DO NOVO GOVERNO

A crise do regime político e o fracasso das instituições para resolver os problemas sociais da população foram o pano de fundo das eleições de 2018. Em um contexto de vazio de representatividade e profundo ceticismo com a política institucional das últimas décadas, a eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) como presidente marca, em

primeiro lugar, o repúdio da população aos partidos do regime – PSDB, MDB e PT.

Entretanto, apesar de se apresentar como uma alternativa supostamente antissistêmica, Bolsonaro é a expressão mais apodrecida e atrasada do sistema político nacional. A escolha de uma candidatura que defende abertamente a violência como solução para os problemas nacionais, priorizando o discurso de ódio, preconceito e chegando, até mesmo, a saudar a tortura e a ditadura militar, marca a falência total da chamada nova República.

A falta de respostas para as demandas populares e o desvelamento da podridão do sistema político nos escândalos de corrupção, a precariedade e sucateamento dos serviços públicos, o desemprego e a queda da renda, a violência e a insegurança, levaram a população à descrença e à rejeição a “tudo que está aí”. Bolsonaro – há 27 anos no Congresso Nacional sendo eleito por alguns dos partidos mais corruptos do país (PDC, PPR, PPB, PP) – surfou a onda de “outsider”. A velha e superficial polarização que ocupou a política institucional nas últimas décadas ruiu.

Logo após a reeleição de Dilma (PT) em 2014, já instalada a crise do regime político, os escândalos de corrupção no governo, aliados à perda de sua base social de apoio – em grande parte devido ao estelionato eleitoral caracterizado por ataques a direitos que negaram o discurso feito em campanha – evidenciaram a falta de condições do governo para adotar as medidas impopulares e drásticas que a elite exigia. Ao mesmo tempo, a perda da hegemonia do movimento de massas tornava o PT incapaz de conter a insatisfação popular e tutelar as mobilizações de rua, como ocorrera no período anterior. Isso ficou evidente, em particular, a partir das jornadas de junho de 2013.

O aprofundamento da crise econômica levou ao esgotamento da política de conciliação de classes patrocinada pelo lulopetismo em períodos de relativo crescimento econômico. Não havia mais margem para agradar a todos, e os setores dominantes precisavam de medidas mais duras contra nossos direitos, de mais intensidade nos ataques para jogar a conta da crise sobre os trabalhadores.

Nesse contexto assume Michel Temer (MDB-SP), após a articulação palaciana que resultou no impedimento de Dilma Rousseff. Mesmo sem legitimidade alguma e com o governo envolvido em incontáveis escândalos de corrupção, o “projeto Temer” teve início ainda no final de 2016, com a aprovação da EC 95/16, que congelou os gastos sociais por vinte anos, medida sem paradigma nas economias de outros países e que gera um prejuízo incalculável na continuidade dos serviços públicos de qualidade, fundamentais especialmente para a população mais pobre do país.

Essa iniciativa abriu as portas para a aprovação da terceirização ampla e irrestrita pelo Congresso Nacional, precarizando profundamente as relações de trabalho e avançando no objetivo de privatização dos serviços estatais sob o argumento de “contenção de gastos”, enquanto, paradoxalmente, a dívida pública segue consumindo metade do orçamento da União para enriquecer os banqueiros e rentistas, que há muito tempo dão as cartas na política nacional.

A continuidade da agenda de destruição de direitos teve seu auge com a aprovação da contrarreforma trabalhista, um retrocesso de décadas, esvaziando o conteúdo da CLT ao permitir a prevalência do negociado sobre a lei mesmo em prejuízo ao trabalhador, retirando direitos históricos e, ao contrário do que pregavam governo e empresariado, sem resolver o desemprego recorde do país. Ao contrário, a destruição da

CLT jogou milhares de trabalhadores na informalidade ou em outras formas precárias de contratação, como o trabalho intermitente, a terceirização e a pejotização.

Apesar de tantos retrocessos, a intensa resistência dos trabalhadores e movimentos sociais no mesmo período merece destaque. A greve geral de 28 de abril – que mobilizou cerca de 40 milhões de trabalhadores – e o Ocupa Brasília de 24 de maio – que mobilizou aproximadamente 130 mil ativistas de todo país na capital federal –, em especial, foram momentos marcantes da mobilização ao longo de 2017. Foi essa resistência que, em uma conjuntura de tantas dificuldades, conseguiu impedir a contrarreforma da Previdência, projeto de maior importância para os planos do governo e que, se aprovada, teria praticamente inviabilizado a aposentadoria da maioria da classe trabalhadora do país. A dimensão dessa vitória é proporcional ao esforço de Temer em sentido oposto: o governo gastou milhões em propaganda oficial, teve apoio massivo da grande imprensa, despendeu outros milhões em compra de votos e liberação de emendas parlamentares. Nossa luta, no entanto, foi mais forte.

Não é exagero dizer que a forte mobilização, combinada com a ausência absoluta de credibilidade do governo, com popularidade próxima a zero, por muito pouco não concretizou a consígnia “Fora Temer”.

No entanto, a mobilização foi contida e limitada, em grande parte, pelo papel de “freio de mão” desempenhado pelas grandes centrais sindicais, notadamente a CUT. Os desmontes das greves gerais de junho e dezembro foram um balde de água fria em momento crescente da luta, exemplificando a opção do PT e seus satélites por uma “oposição domesticada”, operando dentro da mesma lógica institucional e parlamentar de seus supostos algozes, inclusive com eles fazem acordos e selando alianças eleitorais. Deve ser destacado o empenho dessa oposição burocrática ao governo em canalizar as forças populares para um projeto eleitoral descolado das mobilizações de rua, e que, por isso mesmo, não oferecia soluções reais para os problemas do povo.

Estava então pavimentada a “ponte” para a vitória eleitoral de Bolsonaro no primeiro e segundo turnos, apesar da intensa mobilização pelo #elenão, protagonizada pelas mulheres, que extrapolou a campanha eleitoral petista - cuja plataforma também firmava compromisso com o “ajuste” - e denunciava o desprezo do então candidato pelos direitos humanos e pelas liberdades democráticas, e a defesa escancarada do autoritarismo.

INÍCIO DE GOVERNO

Já no terceiro mês de governo evidenciam-se os conflitos no núcleo do poder (entre os segmentos político, parlamentar, militar, religioso, econômico), considerando as diferentes frações reunidas em torno daquela que não era a opção preferencial dos setores econômicos dominantes, mas que por eles foi abraçada na medida em que se credenciou a canalizar grande parte da insatisfação popular e a assumir, desde logo, a agenda de “reformas”.

Além disso, vieram à tona logo de início escândalos envolvendo o mandatário e seus aliados: o caso do filho Flávio Bolsonaro e os depósitos pelo assessor Queiroz, o esquema das candidaturas laranjas do partido (PSL), e ainda a ligação que se revela com setores vinculados às milícias no RJ. Além da queda de um ministro e da suspeição e desconfiança que pairam sobre outros, para não mencionar as medidas e posturas de alguns deles, que vão desde a aparente mudança de opinião do notável

ministro da justiça, o ex-juiz Sergio Moro, sobre o crime de caixa 2, até medidas e declarações estapafúrdias do ministro da educação.

E o principal, sob a batuta do "Chicago boy" Paulo Guedes, as iniciativas e os planos de desmonte sem precedentes do estado e dos serviços públicos, incluindo "reformas" como a da Previdência, a intensificação da "reforma" trabalhista somada às ameaças de extinção da Justiça do Trabalho, privatizações, e a recém anunciada, e gravíssima, intenção de desvincular todo o orçamento público, medida que desfiguraria o estado e sua estrutura de proteção social, ainda que precária, como a conhecemos hoje - mais uma expressão da ruptura com o pacto da Constituição de 1988.

De início e em uma canetada, o governo simplesmente extinguiu ministérios importantes, com destaque para o ministério do trabalho, e deslocou a proteção ao meio ambiente e a demarcação de terras indígenas à agricultura, entre outras medidas.

A PREVIDÊNCIA E A AGENDA DE DEVASTAÇÃO

A questão central do momento é sem dúvida a "reforma" da Previdência e a luta em defesa do direito à aposentadoria. Escamoteada durante a campanha, logo após o resultado das eleições foi anunciada como prioridade do governo eleito. A proposta de Bolsonaro não tem precedente - é ainda pior que a de Temer e leva ao extremo os ataques promovidos sucessivamente pelos governos FHC, Lula e Dilma ao sistema de seguridade instituído a partir da Constituição de 1988.

A proposta batizada como "nova Previdência" inclui a desconstitucionalização das regras da aposentadoria, a drástica elevação das idades e do tempo de contribuição, a imposição do sistema de capitalização - que joga o futuro das aposentadorias nas mãos dos bancos e causou prejuízos, quebras e miséria em vários lugares do mundo, e o confisco salarial por meio da elevação das alíquotas, entre outros graves ataques. Além de ser a porta de entrada para o desmonte dos direitos trabalhistas, por meio do regime da chamada carteira "verde e amarela". A proposta atinge duramente a todos, com efeitos ainda mais drásticos em relação às mulheres e aos mais pobres. Guedes diz pretender "economizar" mais de um trilhão de reais em dez anos, às custas de nossas aposentadorias.

Somado a isso, o governo patrocina também uma agenda de ataques às liberdades democráticas e de repressão às lutas, que vem desde a campanha eleitoral, e que passa pelo endurecimento da lei antiterror (herdada de Dilma), pacotes "anticrime", lei da "mordada" (como são chamados os projetos "escola sem partido"), "monitoramento" de entidades da sociedade civil, entre outras ameaças e iniciativas no sentido da criminalização dos movimentos sociais, há muito vivenciadas no país. Os ataques à oposição, aos sindicatos e à imprensa mostram a disposição de solapar as oposições e divergências, e impor a "ideologia" do governo.

Bolsonaro confirma suas ameaças abertas ao ativismo e aos sindicatos ao editar a MP 873, um gravíssimo ataque à liberdade de organização sindical, como parte das liberdades democráticas previstas na Constituição, com o objetivo escancarado de asfixiar e inviabilizar os sindicatos, notadamente no momento em que, como nunca antes, serão um polo fundamental na defesa de direitos dos trabalhadores.

Nesse contexto, merecem atenção especial a comunidade LGBT,

negros(as), mulheres e indígenas. Não apenas pelas propostas do programa de governo que restringem conquistas históricas, mas também pelas ameaça de extinção das ações afirmativas, do fim da demarcação de terras indígenas e quilombolas e da proibição da união homoafetiva. Declarações públicas de Bolsonaro atacando esses segmentos foram destaques de sua campanha. Sob esse discurso, houve o empoderamento de grupos de extrema direita organizados e o incentivo a ações de violência que ocorrem em todo o país.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS E ENFRENTAMENTO

Embora o autoritarismo político sejam o *modus operandi* para a implementação, na economia, da radicalização do ajuste sobre os trabalhadores com o ultraliberalismo que norteia o governo, e que não lhe falte disposição para medidas nesse sentido, as possibilidades de fechamento do regime e de restrição do resíduo democrático existente também dependem, em grande medida, da correlação de forças na base da sociedade e em certa medida também nas instituições, mas fundamentalmente da capacidade de mobilização dos trabalhadores.

Se por um lado há unidade na agenda de desmonte de direitos entre os setores que compõem o governo e entre os setores econômicos que lhe dão sustentação política, por outro há também fragilidades decorrentes das próprias contradições de sua formação.

Bolsonaro favoreceu-se do esvaziamento do debate político durante a campanha (no que foi muito ajudado pelas outras candidaturas ditas principais), de modo que não foi de fato submetida ao crivo popular a agenda de devastação ultraliberal que visa implementar. Além de não ter obtido maioria efetiva de votos, o presidente dispõe do menor índice de popularidade em início de governo desde FHC, e não deve entregar o que prometeu, a começar por segurança e emprego, entre outros direitos exigidos pela população.

A frustração em relação ao governo pode engrossar o caldo da insatisfação e mobilização popular em defesa dos direitos.

Nesse cenário, é fundamental a organização independente e unitária dos trabalhadores para fazer frente aos ataques e preservar direitos. As mobilizações de rua dos últimos anos, com destaque para as mulheres, e a greve geral de 2017 apontam o caminho. O último 8 de março foi um dia de mobilizações importantes, e as próximas datas de mobilização no calendário devem ser impulsionadas. A oposição ao governo e a suas medidas não podem ficar restritas ao espaço parlamentar e institucional, sob pena de uma grande derrota. É preciso trazer a luta para o campo dos trabalhadores, nos locais de trabalho, nos bairros e nas ruas.

A defesa da Previdência é a primeira grande batalha contra o governo, e deve ser travada com todas as energias, sem concessões. É preciso manter o alerta quanto a pressões de setores por "negociações" em torno do texto, em barganhas de grupos de interesse localizados. Inclusive no movimento sindical já há notícias de que representantes de centrais sindicais reuniram-se com representantes do governo para negociar a "reforma", e não está distante no retrovisor o histórico de negociações de grandes centrais, como a Força Sindical e a CUT, em relação às reformas da Previdência dos governos FHC e Lula. O rebaixamento da pauta só antecipará uma derrota, que somente poderá ser evitada se houver unidade e firmeza em defesa desse direito

fundamental.

As diversas centrais sindicais, em unidade com os demais movimentos sociais, têm a tarefa de superar as divergências existentes e organizar um calendário de luta que possa fazer frente aos ataques, sem tergiversações em relação à pauta e com construção pela base. O diálogo entre elas no período recente pode ser o passo inicial para atividades maiores, e a pressão das bases é fundamental. Iniciativas como o fórum estadual dos trabalhadores do setor público, impulsionadas pelo Sintrajud e outros sindicatos, podem cumprir um papel importante na unificação e catalisação das lutas.

DESAFIOS DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO E DO SERVIÇO PÚBLICO

Nesse cenário, os trabalhadores em geral, no serviço público, e entre eles os servidores do judiciário, têm um enorme desafio. Depois de conquistar com muita luta um reajuste que afastou o congelamento imposto pelos últimos governos e possibilitou a reposição de parte das perdas salariais acumuladas em uma década, e vencida a batalha contra a reforma da Previdência do governo Temer, nos movemos em um cenário de grave crise e ataques sem precedentes aos direitos historicamente conquistados.

Apesar do cenário difícil, temos o desafio de lutar por uma política salarial, que envolve tanto a negociação de uma alternativa específica à categoria quanto a luta geral pela efetivação da data-base prevista na Constituição; a luta pela valorização da carreira; a defesa da recomposição dos benefícios. Devemos exigir a instação de mesa de negociação permanente com o STF e tribunais superiores, além de dar seguimento aos encaminhamentos da comissão interdisciplinar de carreira.

O serviço público e os servidores são alvo preferencial do projeto de ataques. Congelamento e mesmo redução de salários e benefícios; demissões; falta de reposição de servidores e enxugamento de quadros; reestruturação produtiva com intensificação do trabalho; piora das condições de trabalho e adoecimento; essas são apenas algumas das implicações dessa agenda.

Junto com a defesa da Previdência, precisamos impulsionar uma ampla campanha em defesa dos serviços públicos, o que inclui a revogação da emenda 95, que estrangula o orçamento a eles destinado, a auditoria da dívida pública, prevista na Constituição e sistematicamente descumprida, e a garantia de melhores condições de trabalho aos servidores, e melhor estrutura de atendimento à população. Essa luta inclui a defesa da estabilidade, instrumento de proteção à cidadania no acesso aos serviços públicos.

Para avançarmos nesses pontos, é fundamental a defesa do direito de greve e da negociação coletiva no serviço público, com efetividade.

A proposta de desvinculação total do orçamento público, anunciada por Paulo Guedes, deve ser duramente combatida, pois se implementada deve ter efeitos desastrosos na prestação e continuidade dos serviços públicos, drenando ainda mais recursos aos bancos e grandes corporações.

Impõe-se a defesa intransigente da Justiça do Trabalho, como instrumento de efetivação dos direitos sociais, ameaçada por Bolsonaro, outros

integrantes do governo, e parlamentares. Essa defesa deve estar necessariamente articulada com a defesa dos direitos do trabalho, a própria razão da existência dessa Justiça, e inclui a luta pela revogação da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita, além do combate à chamada "carteira verde e amarela" ou quaisquer outras formas de contratos à margem da proteção social.

O rebaixamento dos direitos trabalhistas, inclusive os celetistas, entre outras consequências, também pressiona para baixo o padrão médio de direitos dos trabalhadores em geral, inclusive os do serviço público, regidos ou não pelo regime celetista. E aumenta o espaço para as campanhas que tacham os servidores públicos como privilegiados. É uma luta de solidariedade de classe, e de todos.

No Judiciário, cuja cúpula tem assumido papel de avalizadora das políticas governamentais, ao arreio da própria Constituição, é também central a luta por democratização, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade. É preciso debater o seu papel, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades, e na repressão das lutas sociais. É preciso ainda enfrentar os privilégios mantidos em seu interior.

As condições de trabalho são outro eixo fundamental, que passa pela garantia de infraestrutura adequada e segura, instrumentos de trabalho, redução da jornada, e combate efetivo aos assédios moral e sexual e às metas produtivistas descoladas da realidade concreta do trabalho; e aos projetos de reestruturação produtiva que visam “fazer mais com menos” à custa da saúde dos trabalhadores e da qualidade dos serviços prestados à população.

CONCLUSÃO

Oferecemos esta contribuição ao debate e chamamos os colegas do estado e de todo o país para juntos construirmos e defendermos, no Congrejufe que se aproxima e em nossas demais instâncias de organização, um plano de lutas que garanta a devida atenção e articule as demandas específicas dos ramos, cargos e segmentos com a carreira, e as lutas gerais e fundamentais em defesa do serviço público, da Previdência, dos direitos sociais, e das liberdades democráticas, o que inclui o próprio direito de resistir.

Para levar adiante essas e outras lutas, e construir uma alternativa para a categoria e para a classe, é fundamental a nossa organização e unidade, dentro e fora da categoria. As dificuldades são muitas, mas é possível lutar e vencer.

Diretoria do SINTRAJUD – LutaFenajufe SP